

Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica

Community development and Social Service: between compliance and criticism

Rosilaine Coradini Guilherme*

Resumo: Este estudo, do tipo bibliográfico, tem como objetivo apresentar as particularidades históricas e teóricas do Desenvolvimento de Comunidade e sua relação com o Serviço Social, especialmente entre as décadas de 1940 e 1990. Propõe, nos detalhes, promover um debate que se desloca “do conformismo à crítica”, visando examinar as condições em que se desenvolveram os paradigmas teórico-metodológicos que influenciaram tanto o Serviço Social quanto o Desenvolvimento de Comunidade. Constata, ao final, a recente construção teórico-metodológica amparada na perspectiva denominada desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Desenvolvimento de Comunidade. Serviço Social. Marcos Referenciais. Território.

Abstract: This bibliographical study aims to present the historical and theoretical specificities of Community Development and its relationship with social work, especially between the 1940's and 1990's. The study also aims to promote a debate that goes from “conformity to criticism”, in order to examine the conditions under which developed the theoretical-methodological paradigms that influenced both social work as well as Community Development. The study points out the development of the recent theoretical-methodological perspective supported by the so-called territorial development.

Keywords: Community Development. Social Service. Benchmarks. Territory.

Recebido em: 13/06/2011. Aceito em: 20/03/2012.

* Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS, Bolsista CAPES). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas e Economia Social – NEPEs (PUC-RS). Professora do Curso de Serviço Social (UNIFRA). Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: rosilaineguilhaerme@yahoo.com.br

Introdução

Para o referido estudo – que tem como tema o Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social – revisita-se, concisamente, as condições históricas mundiais que envolveram o fenômeno e seus respectivos desdobramentos no Brasil. O período conformista ou, ainda, funcionalista, é resgatado, tendo como contraponto o Movimento de Reconceituação, tal como se manifestou no âmbito profissional.

A incursão investigativa, a partir da revisão de literatura, especialmente no processo de Reconceituação, demonstra como as várias matrizes teórico-metodológicas, com destaque para as perspectivas modernizantes e desenvolvimentistas, e para a marxista, tiveram influências no envolver do Serviço Social e do Desenvolvimento de Comunidade. No momento em que a categoria profissional coloca em xeque o “mito da neutralidade científica”, as ações e reflexões apontam os limites das teorias conservadoras.

Por entendê-las fortemente enraizadas no momento de redefinição para o Serviço Social e, conseqüentemente, para o Desenvolvimento de Comunidade, as vertentes teóricas – estrutural-funcionalista e o materialismo histórico – se configuram como importante objeto de estudo inserido nesta incursão teórica.

Sendo assim, na primeira seção deste artigo, será apresentado um resgate histórico sobre o Desenvolvimento de Comunidade, tendo como referência de análise o Serviço Social da década de 1940 até o período de Reconceituação. Na segunda seção apresenta-se o estudo sobre os marcos referenciais, denominados estrutural-funcionalismo e materialismo histórico, em face da forte influência exercida pelos mesmos no processo de Reconceituação. Na terceira seção, ocorre um debate que se desloca do ecletismo ao pluralismo. Tal avanço se constrói a partir da chamada crise dos grandes paradigmas e de sua ineficácia explicativa diante da complexa realidade, no limiar da década de 1990. Também alude à contemporânea construção teórico-metodológica amparada na perspectiva denominada desenvolvimento territorial. Por fim, apresentam-se as considerações finais no contexto das análises já produzidas no desenvolvimento do estudo.

Do conformismo à crítica

Pode-se dizer que a história congrega uma sucessão de fatos que variam no tempo e no espaço. A história do Serviço Social se configura, então, como uma sucessão de fatos e acontecimentos temporais e espaciais. Sendo assim, sob determinadas condições sócio-históricas, a profissão se entrecruza ideologicamente com a perspectiva do Desenvolvimento de Comunidade. Para Ammann (1982), um nível consistente de elucidação sociológica sobre a gênese do Desenvolvimento de Comunidade supõe revisar as condições históricas mundiais e a análise das mediações inseridas no jogo de interesses internacionais e seus desdobramentos no Brasil.

A expressão Desenvolvimento de Comunidade foi pioneiramente utilizada, em 1942, pelo governo inglês, e o intuito era auxiliar os países na conquista da independência. Revela-se na preocupação do governo britânico para com suas colônias a manutenção das relações até então existentes, pois, conforme Souza (2004), estimular-lhes a independência não significa romper relações, mas mudar as estratégias dessas relações. A exigência capitalista de dominação sobre estes países, que propõem para si um futuro em novos termos, desperta e preocupa as grandes potências. Esse contexto condiciona a iniciativa da Inglaterra, através do Desenvolvimento de Comunidade, a promover a melhoria de vida da população comunitária a partir de sua própria participação e iniciativa, quer seja espontaneamente ou por meio do emprego de técnicas. Dessa maneira, o Desenvolvimento de Comunidade se afirma como fundamental estratégia de ação de um país sobre outros.

Institucionalizado pela Organização das Nações Unidas após a Segunda Guerra Mundial¹, o Desenvolvimento de Comunidade foi postulado num momento histórico marcado pela chamada ‘Guerra Fria’, liderada pelos Estados Unidos e a Rússia. A ONU assumiu a função estratégica de garantir a ordem social e preservar os regimes e ideologias democráticos. O esforço

¹ Oliveira (2005, p.30) destaca que a política exportadora adotada após a Segunda Guerra Mundial permitiu que as empresas dos países industrializados se legitimassem enquanto economia hegemônica e dominassem todo o mercado, impedindo que nos outros países se consolidasse um parque industrial forte, o que favoreceu a manutenção desses países na condição de atrasados economicamente.

de ajuda aos povos almejava um nível de vida sadio e economicamente produtivo, buscando eliminar ideologias comunistas em potencial.² Neste cenário, o trabalho social com a comunidade é absorvido como método privativo do Serviço Social e, à época, se apresenta como solução aos efeitos do comunismo (ESTEVAN, 1992). O crescimento econômico e o progresso tecnológico são objetivos supremos a serem atingidos por esse paradigma de desenvolvimento. Tal contexto ideológico assegura a perspectiva política do Desenvolvimento de Comunidade conforme as propostas dos grupos dominantes. Por outro lado:

Não se pode perder de vista que o ângulo político assegurado baseia suas determinações na dinâmica estrutural do capital monopolista que tem, entre as suas características, as relações de dependência. Os países subdesenvolvidos, além dos problemas de estrutura interna, têm a considerar como elemento de sua realidade o fenômeno da dependência em relação aos países desenvolvidos, ou países de capital monopolista (SOUZA, 2004, p.42).

A potência norte-americana concretizou, a partir da Segunda Guerra Mundial, um programa de assistência técnica aos países considerados pobres, incluindo-se, neste rol, os latino-americanos. A experiência do período bélico proporcionou aos Estados Unidos, devido ao seu triunfo, organizar-se hegemonicamente em âmbito mundial. A criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, consolidou um núcleo centralizador de poder. Com efeito, Castro (2000) explica que a OEA possui caráter jurídico multinacional, permitindo aos Estados Unidos legalizar e enraizar sua intervenção e sua dominação no Continente. Para ele, a Organização desenvolveu a sua influência na formação e na prática dos assistentes sociais da América Latina, viabilizando, ideológica, política e economicamente, a proposta norte-americana do Desenvolvimento de Comunidade.

A Organização das Nações Unidas, no decorrer dos anos 1950 e 1960, voltou-se à sistematizar e disseminar um modelo de Desenvol-

vimento de Comunidade que se define como um processo que envolve a integração dos esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social. A sua finalidade é capacitar as comunidades para contribuir com o progresso do país. Ainda, prevê a participação popular nos esforços para melhorar seu nível de vida e o apoio técnico-governamental para tornar os programas de mútua ajuda eficazes. É reservada à população a incumbência de se responsabilizar pelo desenvolvimento de sua comunidade e pelo progresso do país (SOUZA, 2004). Na América Latina,

[...] as preocupações da ONU para com as áreas subdesenvolvidas se aliam às preocupações da OEA e do governo americano. Expande-se, assim, o DC no final da década de 50, numa perspectiva de modernização dos diversos setores de vida das populações subdesenvolvidas. Esta expansão traz como consequência a abertura de um mercado de consumo para os produtos industrializados e a modernização da mão de obra para preencher as exigências do mercado de trabalho penetrado pelo capital monopolista. Nessa região a problemática própria da penetração do capital monopolista tende a ser projetada como problema cultural da população (2004, p.43).

No Brasil, antes disso, na década de 1940, há registros do surgimento do trabalho comunitário como processo técnico-metodológico. Em 1949, ocorreu, na cidade do Rio de Janeiro, o 2º Congresso Pan-Americano, que enfatizou o campo da psicologia e a técnica, e afirmou o 'Serviço Social de Casos' como método eficaz para qualquer situação de 'desajustamento' do homem à coletividade. Concomitantemente, há o debate em torno da utilização dos métodos de Grupo e Comunidade, e um alerta para a capacitação de assistentes sociais para a intervenção no meio rural (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003). Dessa maneira, a disseminação do trabalho comunitário, enquanto prática, ocorreu, no Brasil, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960. A Organização de Comunidade,³

² Drummond (1998, p.122) retrata, nas entrelinhas de um poema, as ideologias comunistas da época: "É tempo de meio silêncio, de boca gelada e murmúrio, palavra indireta, aviso na esquina. Tempo de cinco sentidos num só. O espião janta conosco. É tempo de cortinas pardas, de céu neutro, política na maçã".

³ Souza (2004, p.36-7) explica que a Organização de Comunidade se origina nos Estados Unidos e penetra na América Latina na década de 1940. Tem como característica ser um processo dirigido às regiões urbanas industrializadas. Sua preocupação é o ajustamento social da comunidade. Os determinantes desta ação são entendidos na forma positivista.

destinada à estruturação de grupos e serviços institucionais de bem-estar social, antecede o Desenvolvimento de Comunidade.

O modelo de Desenvolvimento de Comunidade nasceu no solo brasileiro em decorrência de articulações de organizações internacionais e de uma política nacional, com interesse na ampliação do capitalismo e na modernização do meio rural. A educação de adultos e a problemática do subdesenvolvimento no meio rural são desafios colocados a esse modelo emergente. A questão agrária instiga, ainda nos anos 1950, a criação do Serviço Social Rural. Souza explica que:

No contexto brasileiro, no final da década de 50 e início de 60, a questão agrária é alvo de grandes tensões e conflitos sociais, demandando, sobretudo, a necessidade urgente de uma reforma agrária de base. O Serviço Social Rural, no entanto, atravessa esta questão e assume a problemática rural como problemática a ser resolvida pela educação social do homem rural, pela introdução de novas tecnologias, pelo desenvolvimento da sociabilidade entre os grupos que compõem as comunidades rurais (2004, p.46).

A noção de integração social, segundo o molde funcionalista, se confirma através da proposta de educação social do homem rural. As Missões Rurais criadas pelo Ministério da Agricultura, em 1951, que contavam com equipes interdisciplinares, inclusive assistentes sociais, partiam da convicção de que na educação de base encontrava-se a solução para o problema do 'atraso cultural' da população campesina, que era considerada 'disfuncional' ao sistema e necessitava ser integrada. As equipes estimulavam a organização de grupos visando a que os mesmos desenvolvessem o estudo e solução de problemas locais (AMMANN, 1982). Em outros termos, a intervenção profissional se voltava ao desenvolvimento da sociabilidade⁴ entre os grupos que compunham as comunidades rurais.

Contudo, as tensões geradas nas áreas rurais se destacavam politicamente, em nível nacional. A Igreja, através da Ação Católica, no

início dos anos 1960, voltou-se à problemática rural, promovendo semanas ruralistas no intuito de encaminhar propostas convergentes às necessidades da população do campo. As ações dirigidas a esta problemática proporcionaram o interesse por uma metodologia de trabalho voltada à sua solução. Concomitantemente, há uma disseminação do Desenvolvimento de Comunidade por meio de seminários e congressos realizados no Brasil.

O cenário político e econômico, ao final dos anos 1950, propiciou ao Desenvolvimento de Comunidade ser, também, pensado em torno da problemática urbana. Desde o governo Kubitschek (1956-1961) há a implementação de uma política de modernização,⁵ e a comunidade é vista como um meio para disseminá-la. O desenvolvimentismo se afirma como proposta central do governo, ocorrendo a ênfase econômica em detrimento ao social. Neste contexto, o Serviço Social "foi também a profissão que mais precocemente ficou exposta às teorias funcionalistas e à influência das colocações desenvolvimentistas – viabilizadas, no seu caso particular, pelo campo aberto com as políticas de Desenvolvimento de Comunidade" (CASTRO, 2000, p.135).

O Desenvolvimento de Comunidade assume caráter de mecanismo de ação sobre o capital humano, a partir de sua existência comunitária, e estimula o próprio povo a participar do planejamento e da realização de programas destinados a elevar o padrão de suas vidas por meio de esforços somados entre o povo e o governo. As comunidades deveriam encerrar as razões e as causas de seu desenvolvimento, bem como as condições para que isso acontecesse. Neste ambiente em que a correlação de forças impõe que o governo e o Estado realizem os interesses dos grupos dominantes, Souza (2004) sugere que sem uma clareza de papéis não faz sentido pensar no Desenvolvimento de Comunidade como instrumento técnico-metodológico que implique a participação e o planejamento popular. Diante disso, as práticas e produções teóricas realizadas no período de 1960-64 registram grandes incongruências, pois:

⁴ O postulado da sociabilidade, para Yamamoto (2001), se sustenta nos princípios filosóficos neotomistas, na defesa de uma natureza humana abstrata. O neotomismo, segundo Urdanoz (1975), é um movimento que surgiu no século XIX e se caracteriza por retomar os pressupostos tomistas, ou seja, princípios teológicos cristãos e metafísicos aristotélicos.

⁵ Gohn (1997) infere que a teoria da modernização que proliferou nos anos 1950 e 1960 partia dos modelos comparativos entre os processos históricos ocorridos nos países de industrialização avançada e a América Latina, levando a abordagens evolucionistas e etapistas, e a diagnósticos equivocados.

De um lado, têm continuidade os trabalhos caracterizados no período anterior, isto é, que reproduzem o Desenvolvimento de Comunidade ortodoxo, de caráter acrítico e aparentemente apolítico e aclassista. Simultaneamente emergem e se difundem movimentos que concebem a participação numa perspectiva crítica e que postulam mudanças estruturais na sociedade brasileira. Alguns desses movimentos evoluem e seus intelectuais tentam estabelecer vínculos com as classes subordinadas, incorporando-se aos seus interesses, reivindicações e ações políticas (AMMANN, 1982, p.84).

As práticas e as produções teóricas do Desenvolvimento de Comunidade, realizadas durante o período de 1960-1964, registram, de um lado, os postulados funcionalistas de integração social e, de outro, intensos movimentos de participação que idealizavam mudanças sociais. A conjuntura estrutural passou a ser questionada por meio da organização política em torno das 'reformas de base'. A intensa mobilização articulada pelas Ligas Camponesas conquistou, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, demonstrando que os movimentos populares cresciam em organização. Porém, em oposição "à emergência das classes populares nos quadros políticos e temerosos das ameaças ao seu poder hegemônico, os vários setores da burguesia uniram-se aos militares para buscar formas de controlar o quadro social e recuperar o seu domínio" (MARTINELLI, 2001, p.141). É neste cenário que o golpe de 1964 foi deflagrado, registrando, nas páginas da história, longos e cinzentos 'anos de chumbo'.

Diante desta intensa crise estrutural e conjuntural, tem início, no interior da profissão, um debate de âmbito macrosocietário, e a atuação profissional é amplamente questionada. Oportunamente, Faleiros (1981) diz que, na política do Serviço Social, há interpelação do indivíduo como 'caso', 'grupo' e 'comunidade', transformando os sujeitos do processo de solução de problemas numa cadeia de relações individuais. Criam-se, ainda, divisões artificiais que negam os fundamentos da sociedade de classes. Sendo assim, é a partir desses questionamentos que, em meados da década de 1960, através do Movimento de Reconceituação, a categoria profissional percebe as implicações estruturais

societárias. O Movimento é considerado um marco no que se refere ao posicionamento dos assistentes sociais. Ammann esclarece que:

Antes do Movimento, os trabalhadores sociais podiam ser classificados como 'intelectuais tradicionais' (Gramsci) ligados à burguesia, empregados do Estado, para manter a ordem estabelecida, amortecer os conflitos e atenuar os problemas sociais. Com o Movimento de Reconceituação, ao tomar uma posição comprometida com as classes trabalhadoras, os profissionais da área buscaram novos métodos de trabalho, compatíveis com a teoria dialética então adotada (1991, p.150).

O Movimento de Reconceituação se configurou num momento de autocrítica e redefinição para o Serviço Social. Ele resulta das inquietações e ideias predominantes numa época e altera as concepções "científicas do Serviço Social, num esforço de busca de respostas adequadas à problemática social do contexto latino-americano, a partir das novas posições epistemológicas e contribuições das Ciências Sociais contemporâneas" (Macedo, 1981, p.13). A busca por um marco referencial ou uma teoria para a prática do Serviço Social na América Latina proporcionou, por sua vez, a rejeição do paradigma norte-americano até então utilizado. Martinelli (2001) explica que, nesse movimento de busca que exige negação e contradição, a profissão foi questionada pelos 'agentes críticos', tendo em vista a submissão à lógica capitalista. O Desenvolvimento de Comunidade, por sua vez, também se tornou alvo de questionamentos. A este termo, Wanderley se refere dizendo que:

Uma nova concentração pode ser observada entre os anos de 1977 a 1980, quando a ênfase não é mais o Desenvolvimento de Comunidade, mas o 'Serviço Social de Comunidade'. As explicações para tanto estão, segundo minha análise, na incorporação, ainda que parcial e segmentada, das críticas oriundas do Movimento de Reconceituação e do movimento que se deu no interior das Ciências Sociais, levando a um afastamento do pensamento conservador e apontando para uma aproximação do Serviço Social ao pensamento marxista [...] Ainda que tenha havido um rompimento radical com a herança conservadora, fortemente arraigada no Serviço Social, desde suas origens, percebe-se ter

havido uma ruptura acentuadamente política com aquelas matrizes, mais do que teórico-metodológica (1998, p.119).

A revisitação acerca do processo histórico do Desenvolvimento de Comunidade e a análise de sua relação com o Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação, permite vislumbrar a denúncia sobre o ‘mito da neutralidade científica’ até então defendida pela profissão. Despontam, assim, uma proposta de afastamento do pensamento conservador, tendo em vista uma aproximação aos fundamentos do materialismo histórico.

Desse modo, no item subsequente, pretende-se aprofundar o estudo sobre os marcos referenciais estrutural-funcionalistas e o materialismo histórico, tendo em vista a forte influência que exercerá no processo de Reconceituação, bem como no momento em que a categoria profissional coloca em xeque o ‘mito da neutralidade científica’. Abordar-se-á, especificamente, essas duas vertentes teóricas por entendê-las fortemente enraizadas no momento de autocrítica e redefinição para o Serviço Social e, conseqüentemente, para o Desenvolvimento de Comunidade.

Marcos referenciais e o serviço social: o estrutural-funcionalismo e o materialismo histórico

No campo do Serviço Social, algumas produções de Desenvolvimento de Comunidade elaboradas nos anos 1970 e início de 1980, à revelia das ações e reflexões que apontavam os limites das teorias conservadoras, demonstraram a não assimilação de bases teóricas sólidas para uma crítica ao pensamento estrutural-funcionalista. Porém, algumas produções específicas do Serviço Social de Comunidade, no mesmo período, iniciaram uma crítica às matrizes do ‘ajustamento social’ e ensaiaram uma apropriação do materialismo histórico (WANDERLEY, 1998).

Sobre o estrutural-funcionalismo, pode-se dizer que o tema central da teoria social produzida por Parsons, principal representante deste pensamento, refere-se ao funcionamento das estruturas. A estrutura é definida como resultante do processo de institucionalização, ou seja, “tradução dos elementos culturais – ideias, valores

e símbolos – de caráter geral em normas de ação. Por exemplo: o valor geral da ‘educação’ (conhecimento) institucionaliza-se no papel do professor da escola, dos órgãos educacionais em geral” (LAKATOS, 1985, p.56). Dessa maneira, a institucionalização define os papéis sociais, as normas sociais e os valores.

Parsons afirma que, para serem institucionalizados, “as coletividades e os papéis precisam ser ‘governados’ por normas e valores específicos, sendo que as normas e valores somente são institucionalizados na medida em que são ‘executados’ por determinados papéis e coletividades” (1974, p.19). A partir desse ponto de vista, a institucionalização assume o processo de integração e estabilidade. A comunidade societária, por sua vez, possui a função de articular um sistema de normas com uma organização coletiva que tenha unidade e coesão.

As correntes culturais e religiosas são priorizadas na teoria social de Parsons, enquanto as condições econômicas são analisadas mais como efeitos do que causas determinantes, pois, “os valores são legitimados principalmente em termos religiosos [...] no contexto de legitimação cultural, uma sociedade é autossuficiente na medida em que suas instituições são legitimadas por valores que seus participantes aceitam com relativo consenso” (1974, p.21). Dessa maneira, a sociedade é um tipo de sistema social caracterizado pelo nível mais elevado de autossuficiência com relação ao seu ambiente, onde se incluem outros sistemas sociais.

O estrutural-funcionalismo, para Pereira, “não nega o conflito, porém compreende-o na perspectiva da coesão social”. Ao admitir que uma parte pode mudar o todo, sua tese se apoia no ajuste, na correspondência, no equilíbrio e na integração (2001, p.84). Dessa forma, o sistema mantém o equilíbrio por meio da estabilidade normativa, pela integração dos objetivos a serem alcançados e pela adaptação destes ao sistema. Sobretudo, enfatiza a face funcional e estrutural, proporcionando a vigência das instituições que exercem funções adaptativas e integrativas.

Demo (1983), referindo-se à teoria de Parsons, destaca quatro categorias estruturais: normas, valores, coletividades e papéis. Os valores assumem a primazia no funcionamento da manutenção de padrões de um sistema social; as normas são primariamente integradoras;

o funcionamento da coletividade concerne ao atingimento de metas em favor do sistema social; a função dos papéis no sistema social é adaptativa. Refere-se que a essência da sociedade como sistema é a ordem normativa padronizada, através da qual a vida da população é organizada coletivamente.

Pode-se considerar que a manutenção de padrões, a integração e a adaptação são categorias-chave de análise do estrutural-funcionalismo. Seu postulado básico é o sistema geral da ação, que se subdivide em quatro subsistemas – biológico, psíquico, social e cultural. Os três primeiros subsistemas referem-se à interação entre os atores. Já o subsistema cultural está relacionado às normas, aos valores e à ideologia. Contudo, o grande objeto de estudo de Parsons é a estrutura social ou, ainda, a sociedade como a ciência das instituições. De fato, a origem da estrutura está no processo de institucionalização que visa congregar, integrar, e, sobretudo, evitar a ocorrência da debilitação social (PARSONS, 1974).

Assim, o materialismo histórico de Karl Marx opõe-se radicalmente ao estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons. Há consenso, na literatura especializada, de que para explicar a natureza da organização econômica humana, Karl Marx (1818-1883) desenvolveu uma teoria abrangente e universal, procurando dar conta de toda forma produtiva criada pelo homem. Os seus princípios básicos estão expressos em seu método de análise – o materialismo histórico ou a ciência da história. Contudo, pode-se dizer que a teoria marxiana compõe-se, além da teoria científica, também de uma filosofia, ou seja, o materialismo dialético. Para a teoria científica, são os homens que fazem a história, pois:

Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apoiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam esse indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI – como um ideal, que teria existido no passado. Vêem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História, porque o consideravam como um indivíduo conforme a natureza – dentro da representação que tinham de natureza humana –, que não se originou historicamente,

mas foi posto como tal pela natureza. Essa ilusão tem sido partilhada por todas as novas épocas, até o presente. Steuart, que em muitos aspectos se opõe ao século XVIII e que na sua condição de aristocrata se situa mais sobre o terreno histórico, escapou dessa ingenuidade (MARX, 1982, p.3-4).

A teoria científica de Marx proporcionou uma nova abordagem do conflito, da relação entre consciência e realidade e da dinâmica histórica. O materialismo histórico salienta as relações sociais que decorrem dos modos de produção, numa tentativa de elaborar uma teoria sistemática da estrutura e das transformações sociais. Sobre este termo, Lakatos infere que:

O homem, para satisfazer suas necessidades, atua sobre a natureza, criando 'relações técnicas de produção'. Todavia, essa atuação não é isolada: na produção e distribuição necessárias ao consumo, o homem relaciona-se com outros seres humanos, dando origem às 'relações de produção'. O conjunto dessas relações leva ao 'modo de produção'. Os homens desenvolvem as 'relações técnicas de produção' através do processo de trabalho (força humana e ferramentas), dando origem a 'forças produtivas' que, por sua vez, geram um determinado 'sistema de produção' (distribuição, circulação e consumo de mercadorias); o 'sistema de produção' provoca uma divisão de trabalho (proprietários e não proprietários das ferramentas de trabalho ou dos meios de produção) e o choque entre as 'forças produtivas' e os proprietários dos meios de produção determina a mudança social (1985, p.46).

Para a ciência da história, o conflito ocorre na ordem material da produção e da reprodução. Com efeito, Pereira (2001) explica que o conflito é a marca, a cicatriz presente nos grupos sociais e na sociedade de classes. Refere-se que é necessário abordar dialeticamente as distintas concepções em torno dos conceitos de grupos/comunidade, com base na questão do conflito entre a superestrutura e a infraestrutura. Dessa maneira, cada estrutura social compreende o conjunto articulado de seus 'níveis', ou seja, a infraestrutura econômica e a superestrutura político-ideológica.

Pode-se dizer que a infraestrutura se origina das relações de produção e forças produtivas.

A superestrutura, por sua vez, divide-se em dois níveis: a estrutura jurídico-política, que é formada pelas normas e leis, e a estrutura ideológica, que se constitui através da ideologia. Dessa forma, o postulado básico do materialismo histórico é o determinismo econômico. Oportunamente, Demo diz que “esta foi a grande virada metodológica: em vez de supor um mundo regido por ideias, por intenções, por vontades, por subjetivismo, pela consciência, Marx partiu do contrário: a posição socioeconômica determina mais que intenções” (1983, p.74). Ou seja, embora o homem possa ser definido pela consciência, o que realmente o caracteriza é a maneira pela qual reproduz suas condições de existência, quer dizer, a forma e as relações sociais estabelecidas na atividade produtiva.

Marx postula em sua teoria que a estrutura de uma sociedade reflete a forma como os homens organizam a produção social de bens que engloba as forças produtivas e as relações de produção. As forças produtivas constituem as condições materiais de toda a produção. Já as relações de produção são as formas pelas quais os homens se organizam para executar a atividade produtiva. Para Althusser e Badiou, o materialismo histórico “tem por objeto os modos de produção que surgiram e que surgirão na história. Estuda sua estrutura, sua constituição e as formas de transição que permitem a passagem de um modo de produção para outro” (1979, p.34). Nesse sentido, o estudo do modo de produção é fundamental para compreender como se organiza e funciona uma sociedade, sendo que as relações de produção são consideradas as mais importantes relações sociais.

O materialismo histórico, assim definido, demonstra que a realidade social supõe a concretude histórica ou, ainda, um conjunto de relações de produção que caracteriza um momento histórico. O fundamental para este referencial é que no lugar das ideias estão os fatos materiais. A concretude histórica, por sua vez, é determinada a partir da forma como os homens produzem os bens materiais necessários à sua vida. Assim, é através da análise acerca do contato que os homens estabelecem com a natureza, no intuito de transformá-la por meio do trabalho e as relações entre si, que se materializa a forma com que produzem sua vida material e social.

Sendo assim, o Serviço Social e o Desenvolvimento de Comunidade transitam entre

o conformismo e a crítica, pois, “conformado e amoldado às exigências do desenvolvimentismo e da modernização, o Serviço Social (bem como o desenvolvimento de comunidade) extrai das Ciências Sociais os pressupostos do modelo estrutural-funcionalista” (Wanderley, 1998, p.119). Por sua vez, o rompimento parcial com o conservadorismo-conformista, percebido a partir do Movimento de Reconceituação, levou a uma aproximação com o materialismo histórico. Esta aproximação, no entanto, propôs uma ruptura essencialmente política com aquelas matrizes. Ou seja, muitas vezes, esteve permeado por pressupostos ideológicos oriundos de matrizes político-pragmáticas.

Do Ecletismo ao Pluralismo

O Serviço Social, tradicionalmente, atuou no âmbito comunitário, sendo ora absorvido pelo pensamento conservador, ora pela matriz histórica crítica. Neste contexto, evidencia-se uma ambígua relação entre o Serviço Social e o Desenvolvimento de Comunidade. Wanderley (1998) diz que em determinado momento histórico o Serviço Social reduz o desenvolvimento de comunidade a um de seus métodos e, em outro, apropria-se de seus pressupostos teórico-metodológicos, atribuindo-lhes a denominação específica da profissão.

Apreciando os caminhos teóricos que moldaram o acercamento da Reconceituação aos múltiplos ‘marxismos’, Iamamoto (2001) constata que foi a aproximação a um marxismo sem Marx, não orientada para as fontes clássicas, resultando em um universo teórico fortemente eclético. Afirma que os pontos de ruptura localizam-se em dois âmbitos: na crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo. Trata-se de um debate que se desloca ‘da crítica romântica à crítica teórica radical da sociedade capitalista’. Ou seja, as produções do Serviço Social no âmbito da tradição marxista, a partir da percepção das complexidades geradas pela sociedade capitalista, são amplamente fertilizadas.

Se a reconceituação viabilizou a primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo por rotas tortuosas, o primeiro encontro do Serviço Social com a obra marxiana, dela decorrendo explícitas derivações para a análise do Serviço Social, deu-se, no Brasil,

apenas na década de 1980. Tratou-se de um encontro de nova qualidade com a tradição marxista: mediado pela produção de Marx e por pensadores que construíram suas elaborações fiéis ao espírito da análise marxiana, desenvolvendo criativamente suas sugestões, preenchendo lacunas e enriquecendo aquela tradição com as novas problemáticas emergentes com a maturação capitalista na época dos monopólios (A. Gramsci; G. Lukács; N. Poulantzas; P. Baran; E. Sweezy; E. Mandel; A. Heler, entre outros, além dos 'clássicos') (IAMAMOTO, 2001, p.234-5).

Nota-se que o debate teórico e metodológico ocorrido durante a década de 1980, em relação ao legado do Movimento de Reconceituação, avança do ecletismo ao pluralismo. Trata-se do conhecimento que se constitui por meio da necessária diversidade de concepções e posições de abordagem e interpretação da realidade. Este avanço se dá a partir da chamada crise dos grandes paradigmas e de sua ineficácia explicativa diante da complexa sociedade capitalista. Diante disso, o pluralismo, enquanto instrumento de diálogo entre as diferentes perspectivas teórico-metodológicas, coloca em pauta a necessidade de se conhecer e mesmo de se incorporar contribuições multifacetadas.

Numa análise do desenvolvimento histórico da profissão, Silva e Silva (2002) identifica três grupos de respostas que configuram os projetos profissionais. O primeiro, situado no processo de institucionalização do Serviço Social, através de ações caritativas com *status* profissional. Outro grupo é identificado a partir do primeiro momento da Reconceituação, representado pelo esforço da construção da vertente modernizadora que ocorre entre meados das décadas de 1960 e 1970. Esta vertente busca seus fundamentos no positivismo e funcionalismo. O terceiro grupo é elucidado por meio do esforço profissional de vinculação aos setores populares, nos marcos da ditadura militar e durante toda a década de 1980, cujos fundamentos se deslocam da sociologia positivista e funcionalista para a matriz marxista. A década de 1990, por sua vez, identifica o esforço de construção desse projeto, aparentemente afetado pelo recuo decorrente das perplexidades geradas pela crise da vertente marxista e da utopia socialista.

É nesta angulação que o Serviço Social contemporâneo, fundamentado numa perspec-

tiva de matriz marxista – mas com atenção ao pluralismo – propõe um trânsito que se desloca da crítica do Desenvolvimento de Comunidade a um Desenvolvimento Territorial crítico. Ou seja, instiga o inovador debate acerca da necessidade de se voltar à discussão, proposição, bem como implementação de projetos e políticas públicas territoriais.

Diante dessa complexa tarefa, Kurka (2004) sugere uma reflexão acerca das respostas fornecidas pelos assistentes sociais, nas suas intervenções nos territórios, classicamente denominados como comunidades. O Desenvolvimento de Comunidade, para a autora, é originário das experiências norte-americanas e de órgãos internacionais, e tende a ser concebido como método de controle e consenso, negando a emancipação social. Para ela, o desafio atual dos assistentes sociais é contribuir na elaboração e execução de projetos no âmbito da política de desenvolvimento urbano em territórios, por meio de uma reflexão propositiva na construção teórico-metodológica emancipatória. Ou seja, combinar políticas estruturais, específicas e locais, a partir da participação, proposição e fiscalização por parte de cada população territorial.

Para Koga “é no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidades destes mesmos serviços apresentam-se desiguais” (2003, p.33). Para a autora, “o direito a ter direito é expresso ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar” (p.33).

Nesta angulação, o território, enquanto referencial simbólico identitário, possibilita aos sujeitos refutarem a condição de meros recebedores passivos de projetos locais ou de benefícios materiais, tendo em vista a condição de agentes propositores de políticas públicas territoriais. Em outros termos, as políticas públicas devem-se originar a partir dos sujeitos sociais coletivos que, por meio de mecanismos de participação democrática e de repartição de poder, intervêm no processo de desenvolvimento econômico, político e social. O envolvimento pleno dos sujeitos nos processos de participação conduz a

políticas públicas territoriais construídas de baixo para cima, isto é, a partir do lugar como um espaço vivido e dotado de significado.

Considerações finais

As discussões sobre desenvolvimento têm se apresentado, através de grande parte da literatura teórica sobre o tema, como sinônimo de crescimento econômico. Este conceito economicista, à revelia dos valores culturais e particularidades histórico-geográficas, produz graves efeitos sociais nos territórios. Insere-se neste debate o modelo de Desenvolvimento de Comunidade que se originou da articulação de organizações internacionais e de uma política nacional, interessados na ampliação do capitalismo e modernização do meio rural. Nesta perspectiva, ocorre a tendência de homogeneizar os sujeitos sociais, uma vez que no processo interventivo restringe-se o conceito de comunidade como mera área de abrangência, totalmente descolado do contexto identitário territorial.

Há, no centro do problema, a necessidade de se colocar em relevo os equívocos conceituais sobre as tradicionais concepções de 'desenvolvimento', que, por sua vez, reforçam a subordinação e a dependência dos territórios. Também reproduzem a questão social como resultante dos modos de produção e modos de desenvolvimento que se formaram em cada território nacional.

A partir da revisitação histórica e teórica do Desenvolvimento de Comunidade e sua relação com o Serviço Social, visualiza-se a urgência em se questionar o verdadeiro papel desempenhado pelos organismos internacionais em relação às imposições de programas de desenvolvimento que se mostraram incompatíveis às especificidades dos territórios.

Constata-se que o Desenvolvimento de Comunidade, especialmente no Brasil, foi amplamente utilizado pelos organismos internacionais e pelas grandes potências mundiais para concretizar a condição hegemônica da proposta capitalista, uma vez que se mostrou desprovido de questionamentos sobre os condicionantes causais estruturais dos problemas e necessidades vivenciados pelos sujeitos, relegando-os, dessa forma, à condição de agentes passivos de programas e projetos econômicos, políticos

e sociais de caráter meramente subordinantes.

A revisitação acerca do processo histórico do Desenvolvimento de Comunidade e análise de sua relação com o Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação, permite vislumbrar a denúncia sobre o 'mito da neutralidade científica', até então defendida pela profissão, despontando, assim, uma proposta de afastamento do pensamento conservador, tendo em vista uma aproximação aos fundamentos do materialismo histórico.

Na atualidade, a problematização preliminar sobre as relações desenvolvidas entre o Serviço Social e o Desenvolvimento de Comunidade indica o continuado aprofundamento das categorias teóricas 'desenvolvimento' e 'território', tendo em vista a devida apropriação da inovadora proposta de intervenção social de incursão territorial. Essa proposição situa o assistente social como profissional competente para desmistificar o tradicional conceito de 'comunidade' como mera área de abrangência, por meio da discussão, proposição e implementação de projetos e políticas públicas territoriais.

Essa abordagem reconhece que os sujeitos são o alvo e também a variável fundamental do desenvolvimento. Em outros termos, as políticas públicas devem-se originar a partir dos sujeitos sociais coletivos que, por meio de mecanismos de participação democrática e de repartição de poder, intervêm no processo de desenvolvimento econômico, político e social. O envolvimento pleno dos sujeitos nos processos de participação conduz a políticas públicas territoriais construídas de baixo para cima. Ou seja, o lugar enquanto referencial simbólico identitário possibilita aos sujeitos refutarem a condição de meros recebedores passivos de projetos locais ou de benefícios materiais, tendo em vista a condição de agentes propositores de políticas públicas territoriais.

Para tanto, deve-se reconhecer o direito à diversidade e à pluralidade imanente ao lugar, refutando-se o tradicional processo interventivo que, no trato com o público-alvo, tende a homogeneizar os sujeitos, retirando-os das condições concretas onde vivem. O Serviço Social, então, deve perceber as necessidades locais, transformando-as, por meio de uma coletividade crítica, em reivindicações políticas. A pretensa problematização desafia o Serviço Social a transitar do

foco de uma intervenção alicerçada no tradicional processo de Desenvolvimento de Comunidade à proposição de programas no âmbito da política de desenvolvimento em territórios.

Referências

ALTHUSSER, L.; BADIOU, A. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1979.

AMMANN, S. B. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado, em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1982.

ANDRADE, C. D. de. **Antologia poética**. 40ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, P. **Sociologia**: uma introdução crítica. São Paulo: Atlas, 1983.

ESTEVAN, A. M. R. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FALEIROS, V. de P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1981.

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KURKA, A. B. Desafios da intervenção do Serviço Social em territórios. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, XI; III, 2004, **Anais...** Fortaleza, 2004.

LAKATOS, E. M. **Sociologia geral**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

MACEDO, M. de A. **Reconceituação do Serviço Social**: formulação diagnóstica. São Paulo: Cortez, 1981.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, K. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, E. A. de. O atual estágio de acumulação capitalista: destruição criativa ou criação destrutiva? In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XVII, nº 82. São Paulo: Cortez, 2005.

PARSONS, T. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PEREIRA, W. C. C. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social**: teoria, método e prática. 2ª ed. Belo Horizonte: Vozes: PUC-Minas, 2001.

SILVA, M. O. S. E. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

URDANOZ, T. **Historia de la filosofia V**. Siglo XIX: socialismo, materialismo y positivismo. Kierkegaard y Nietzsche. Madrid: Editorial Católica, 1975.

WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.